



Agora é tempo de ocupar as ruas!

Organizar as lutas populares, conquistar direitos, derrotar a extrema-direita e impedir a catástrofe ambiental

1. A APS/PSOL que Ousa Lutar, Alicerce, Centelhas, LSR, Rebelião Ecosocialista, Revolução Ecosocialista e militantes independentes apresentamos a presente tese ao VIII Congresso Nacional do PSOL para contribuir na formação de uma nova síntese política e programática para nosso partido.
2. O PSOL, fruto da resistência da esquerda contra o neoliberalismo e a incorporação do PT à ordem capitalista, está diante de enormes desafios. Devemos contribuir ativamente nas lutas pela recuperação e conquista de novos direitos, ampliando-os para toda a classe trabalhadora, e no combate à extrema-direita, face mais violenta do capitalismo, representada no Brasil pelo bolsonarismo. Essa tarefa exige um partido enraizado nas lutas da classe trabalhadora e contra todas as opressões e com independência de classe. Em paralelo, precisamos apresentar uma alternativa programática que ataque as raízes dos problemas econômicos, sociais e ambientais, articulando demandas populares imediatas com a perspectiva de superação do capitalismo, preparando o PSOL para a luta pelo poder político.

Um mundo, múltiplas crises: econômica, ambiental, social e militar

3. O capitalismo, fruto apodrecido de um modo de produção e consumo que por séculos tem explorado e mercantilizado a vida, nos coloca diante de uma crise de múltiplas dimensões: econômica, ambiental, social e política. Desde a década de 1970, essa crise estrutural ocorre em decorrência da redução da sua taxa média de lucro. Para contorná-la várias ações foram desenvolvidas: fim do arcabouço de Breton Woods; reestruturação produtiva; ataques aos direitos da classe trabalhadora; imposição das reformas neoliberais com privatizações e desmonte de redes de proteção social; expansão capitalista para as fronteiras dos regimes burocráticos do Leste Europeu e outras; destruição do meio ambiente;

guerras, diretas ou por procuração, em busca de recursos naturais para as principais nações imperialistas (especialmente da Europa e os EUA); entre outros.

4. Os resultados do desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis não conseguem mais esconder os desequilíbrios ecossistêmicos que provocam. Com a soma de todas as crises, aprofundaram-se, nos sistemas que estruturam o capitalismo, a superexploração da força de trabalho, as opressões étnico-raciais, contra as mulheres e pessoa LGBTQIAPN+.

5. O saldo é o agravamento das desigualdades sociais com enorme concentração de renda e riqueza nas mãos dos 1% da população mundial. Na crise sanitária da pandemia do COVID-19 estas desigualdades se aprofundaram. A promessa de uma globalização neoliberal com progresso para os povos não passou de expectativa não concretizada. Hoje a classe trabalhadora, mesmo nos países centrais, e os povos oprimidos pelo imperialismo são as principais vítimas de uma rápida caminhada da humanidade para o abismo.

6. O pico da crise de 2007/2008 não foi seguido por ciclo de retomada econômica, ainda que os mecanismos de amortecimento de suas consequências fossem muito mais efetivos do que na crise de 1929. Uma piora do quadro se anunciava antes da pandemia e os anos pandêmicos agravaram a situação, gerando recessão nas economias brasileira e mundial. Foi inescapável aos Estados-Nacionais, em nome da burguesia, adotar medidas de estímulo econômico. Essas políticas têm diferenças com o neoliberalismo ortodoxo, mas não rompem seus paradigmas. Ainda agora, com as tentativas de frear a emergência climática, as alternativas são pautadas no lucro e na subjugação dos povos com a expropriação de territórios.

7. A existência de uma crise climática que vem se agravando, sobretudo, pela emissão crescente de gases de efeito estufa, impõe limites para a repetição de modelos de desenvolvimento anteriores que ameaçam a vida presente e futura na Terra. A superexploração dos bens comuns da natureza, com a poluição e destruição da biodiversidade, nos quais a agricultura de larga escala com uso de agentes químicos e as mudanças intensas no uso da terra têm papel central, podem nos levar a um ponto de não-retorno em relação ao equilíbrio dos ecossistemas do planeta, alguns com limites já ultrapassados.

8. A ampliação da consciência quanto à gravidade da crise ambiental e da inviabilidade de qualquer solução para ela nos marcos do capitalismo é fundamental. O ecossocialismo deve ser posto como um dos nossos principais horizontes estratégicos, em contrapartida ao imperialismo e ao capitalismo verde, que tenta nos convencer que é possível conciliar

a exploração predatória da natureza com preservação do planeta, abstraindo do racismo ambiental, da gentrificação e das disputas em torno dos territórios urbanos e rurais.

9. É necessário enfrentar os grandes oligopólios nacionais e mundiais do agronegócio, da mineração, da indústria madeireira, das energias predatórias, dentre outros. Estes setores utilizam-se do lobby para manter seus interesses, apresentando alternativas pseudo-sustentáveis. Influenciam, inclusive, governos progressistas, gerando impactos nefastos nos territórios, adoecendo comunidades e aprofundando as desigualdades. É preciso travar lutas imediatas pela redução drástica dos gases do efeito estufa com uma transição energética justa, priorizar o uso de sistemas alimentares agroecológicos e por reformas agrária e urbana, reduzir desigualdades – os mais ricos impactam muito mais na degradação ambiental do que as/os mais pobres – e combater a formação de zonas de sacrifícios na Ásia, África, América Central e do Sul. Lutamos pela transição para uma civilização descarbonizada e ecosocialista.

10. No limiar do século XXI o mundo vive também uma nova bipolarização imperialista – de um lado o bloco liderado pelos EUA, principal potência mundial, e, de outro, o bloco liderado pela China, que ascendeu à segunda potência internacional e desafia a hegemonia norte-americana – com potencial de se configurar uma nova guerra fria. As disputas entre os dois blocos, ressalvadas suas diferenças de formação histórica, têm produzido uma intensificação de guerras de mercado, corrida tecnológica, disputas geopolíticas e mesmo conflitos militares, como a guerra da Ucrânia e as tensões em torno de Taiwan.

11. A guerra da Ucrânia faz parte desse contexto. Após anos de provocação dos EUA, com a cumplicidade europeia, através da expansão da OTAN nos países de fronteira com a Rússia, esta decidiu invadir o território ucraniano. Essa invasão deve ser condenada pelo conjunto da esquerda. O princípio que nos orienta é o da autodeterminação dos povos, na perspectiva do internacionalismo e do fim das fronteiras nacionais, em sua grande maioria construções arbitrárias. Mas isso só pode ser alcançado quando o povo se livrar do jugo do capital, a fim de que todas as decisões sobre fronteiras e nacionalidades sejam tomadas de forma democrática e voluntária, respeitando as diversas culturas, etnias e populações tradicionais.

12. Sabemos que a OTAN é o principal instrumento militar dos EUA e dos países imperialistas europeus, sendo também uma garantia de ordem interna desses países. Portanto, deve ser combatida e repudiada por todos os lutadores sociais. Os EUA são o principal inimigo dos trabalhadores do mundo, especialmente dos países dominados, dependentes e oprimidos. Mas isso não naturaliza as agressões militares da Rússia a outros países como

a Ucrânia. Todos os envolvidos no atual conflito são países capitalistas, com estados burgueses, mesmo com suas características nacionais particulares e com pesos distintos na geopolítica mundial.

13. Defendemos, portanto, o fim da guerra e a retirada das tropas russas e de outros países da Ucrânia. Somos pela extinção da OTAN e a retirada dos seus mísseis dos países do Leste Europeu. Somos solidários com os ativistas pacifistas reprimidos pelo governo russo. Defendemos também a autodeterminação dos povos e os direitos de todas as minorias nacionais internas. Cabe aos povos de Lugansk, Donetsk, Crimeia e região de Donbass decidirem seu próprio destino.

14. A continuidade da guerra não é um fenômeno restrito à Rússia, suas fronteiras e à Europa. Seu desenvolvimento agravou a crise econômica mundial. Ela é responsável pelo uso mais acentuado de combustíveis fósseis que pioram a situação climática mundial. A extensão do conflito coloca o mundo sob ameaça do uso de armas nucleares ou até mesmo de um desastre em usinas nucleares nas regiões de combate.

15. O mundo segue, assim, em um quadro complexo de incertezas econômicas e instabilidade política, e o ônus recai na classe trabalhadora e setores oprimidos. São eles que veem seu presente desestruturado e seu futuro em risco. Nesse contexto, os regimes políticos liberais mergulham em uma grave crise de representatividade. Na ausência de alternativas programáticas amplas à esquerda e na insuficiência de alternativas da direita convencional, observa-se o crescimento da extrema-direita e o enfraquecimento de forças políticas tradicionais. A extrema-direita navega na crise capturando a frustração, indignação e medo das incertezas que atingem amplos setores. Também se assentam em conservadorismos históricos, como o colonialismo, o racismo e o patriarcado. Suas falsas alternativas passam pela xenofobia, instalação de regimes autoritários e pela perspectiva de reestabelecer o controle sobre corpos e sexualidades. Ao mesmo tempo, dissimulando seus objetivos e os articulando em torno de pautas conservadoras, a extrema-direita visa preservar os interesses fundamentais do grande capital em sua fase de regime de acumulação financeirizado.

16. Os movimentos de resistência popular também se desenvolvem nesse período. Vimos levantes populares derrubando governos ditatoriais e autoritários, como em Sudão e Sri Lanka. Vimos também ondas de lutas que adquiriram características internacionais, como a da juventude contra as mudanças climáticas, a das mulheres contra violência e por direitos reproduti-

vos e a luta contra o racismo que correu o mundo após o assassinato de George Floyd nos EUA.

17. Na América Latina, uma nova onda de lutas a partir de 2019 ajudou impulsionar a eleição de vários governos progressistas de diferentes matizes, levantando a esperança de mudanças. Infelizmente, grande parte desses governos repetiram os erros de construir uma governabilidade a partir de uma conciliação de classes, similar a do PT no Brasil, e de administrar a crise do sistema, abandonando promessas que levaram às suas eleições. Vimos a derrota do referendo sobre a nova constituição no Chile, a profunda crise inflacionária e social na Argentina, o golpe no Peru etc.

18. Parte da resistência popular não conseguiu tornar-se alternativa programática capaz de mobilizar amplas bases e se contrapor às alternativas de extrema-direita. É uma disputa em aberto. Seu desenvolvimento dependerá da capacidade de organização de novas ferramentas que apresentem alternativas à crise em torno dos interesses dos explorados e oprimidos. Uma alternativa antissistema efetiva, que traga na crítica radical do presente os elementos de um futuro alternativo à barbárie capitalista.

19. O PSOL deve intensificar seu internacionalismo ativo, constituindo alianças e frentes com setores comprometidos de fato com uma nova ordem mundial, baseada na igualdade real, na paz entre os povos, na democracia plena para o povo trabalhador e respeito à natureza. Nosso partido deve contribuir para que os explorados e oprimidos saiam da condição de resistência ou defensiva, para uma posição ofensiva com perspectiva anti-imperialista, anticapitalista e ecossocialista. O PSOL deve se colocar como partido ecossocialista e lutar para a construção do movimento ambientalista não apenas no plano nacional, mas também internacional.

A crise mundial, a extrema-direita e o Governo Lula

20. O 3º mandato de Lula não está isolado do quadro internacional. O Brasil faz parte dele com suas particularidades econômicas, sociais e políticas. Os desafios que estão postos agora são bem distintos de 2003, quando há 20 anos Lula iniciava seu 1º mandato. As pressões externas e internas sobre os fundos públicos, as empresas estatais, os direitos sociais, o acesso aos bens comuns da natureza e a proteção nos biomas brasileiros, além dos conflitos territoriais no contexto de emergência climática, são desafios para o governo, especialmente aqueles que envolvem os interesses conflitantes entre a maioria do povo e o grande capital.

21. A vitória de Lula em 2022 foi um triunfo da mobilização popular, combinada com divisão no seio da burguesia que não emplacou uma “3ª via”. Lula tornou-se a única alternativa eleitoral para derrotar Bolsonaro e dar estabilidade ao regime político liberal no Brasil. A vitória foi apertada, demonstrando que a extrema-direita adquiriu base de massas e tende a ser uma força social, política e eleitoral relevante por longo período.

22. A extrema-direita atua em uma lógica de mobilização permanente de suas bases sociais nas ruas – quando o contexto permite –, nas redes sociais e no seu sistema de desinformação. Realiza intensa disputa ideológica para manter o sentimento antipopular e antidemocrático da sua ala mais reacionária. É nessa tática que agiram na diplomação de Lula no TSE (ainda em 2022); nos acampamentos nos arredores dos quartéis (contando com o apoio de parte das Forças Armadas) e na tentativa de golpe do 08 de janeiro.

23. A reação do governo e das cúpulas do Poder Legislativo e Judiciário contribuíram para uma desarticulação momentânea dos partidos e lideranças de extrema-direita. Contudo, o movimento de extrema direita na sociedade é fruto indissociável da crise econômica, política, social e cultural, sem perspectiva de solução no curto prazo. Portanto, independente das concessões que o Governo Lula se disponha a fazer ao grande capital, o combate a extrema-direita na sociedade e aos riscos de saídas autoritárias seguirá sendo uma tarefa fundamental.

24. Devemos destacar também a enorme agressividade que a extrema-direita e o centrão já mostraram, esvaziando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério dos Povos Indígenas, ao mesmo tempo em que a Câmara aprovou em regime de urgência o nefasto “Marco Temporal” e afrouxou a proteção da Mata Atlântica, tornando evidente que estas esferas constituem um dos principais eixos de disputa hoje. Coerentemente, o PSOL deve se engajar nestas batalhas com a consciência de que são questões que estão adquirindo centralidade na luta de classes.

25. O PSOL, portanto, não pode ficar em compasso de espera. É necessário combinar a luta para derrotar a extrema-direita – suas políticas, lideranças e para que arquem com as consequências legais e políticas do governo genocida de Bolsonaro e da tentativa de golpe do 08 de janeiro – com o combate à direita tradicional e ao Centrão.

Os limites do Governo Lula

26. A composição do governo expressou a amplitude da frente que o elegeu e a reedição dos governos de frente ampla de 2003 a 2016, que foram de conciliação de classes em prol do grande capital.

27. Nos primeiros meses de 2023, retomou patamares mínimos de relação institucional com setores populares e intelectuais progressistas em algumas posições nos Ministérios. Iniciou medidas necessárias para retomar políticas públicas compensatórias e no menor campo de resistência do grande capital, que foram marcas de seus governos anteriores. Atuou para reorganizar órgãos públicos sucateados e sabotados pelo Governo Bolsonaro para viabilizar sua agenda antipopular, antinacional e antidemocrática. A mais relevante de todas essas medidas iniciais foi a atuação para sanar a grave crise humanitária que atingiu e ainda atinge os Yanomamis.

28. A esperança despertada com a eleição, a transição e as medidas iniciais convivem com a tática conciliatória do governo e as limitações impostas pelo grande capital e pelo Congresso Nacional. As condições de governabilidade de Lula estão mais complicadas do que no período anterior, com um congresso mais conservador, fragmentado e com maior capacidade de chantagem sobre o governo, herança do Orçamento Secreto parcialmente mantido.

29. Diante da rejeição do governo Lula e do PT de se apoiar na mobilização popular para implementar um programa profundo de transformação social, mudando a correlação de forças sociais e políticas para derrotar a burguesia, a tendência principal é Lula e o PT reproduzirem a mesma governabilidade já realizada em acordo com parte da direita conservadora em condições piores do que no período anterior.

30. É diante desse quadro que afirmamos que o novo Arcabouço Fiscal proposto pelo Governo Lula e piorado no Congresso Nacional vai na contramão de qualquer perspectiva de mudanças efetivas no país. A nova regra fiscal será uma âncora que impedirá um desenvolvimento social e econômico robusto, limitando a necessária ampliação de recursos para políticas públicas, gerar emprego e renda, fazer reforma agrária, realizar medidas de desenvolvimento tecnológico etc. Trata-se de uma política fiscal subordinada aos interesses do rentismo, com atendimento limitado das demandas populares.

31. O sentido político geral é um novo acordo com as classes dominantes, nos marcos da hegemonia neoliberal, que têm no sistema da dívida pública uma forma de drenar recursos da riqueza socialmente produzida para um punhado de capitalistas privilegiados. Dessa forma, o governo aponta que continuará realizando privatizações, via concessões e PPPs, e a consequente desnacionalização da economia. O Arcabouço Fiscal pode manter o achatamento do custo da força de trabalho com a imposição de limites para aumentos reais dos salários em geral. Além disso, o governo impõe às forças populares, democráti-

cas e socialistas uma derrota ideológica – naturalizando e estabelecendo parâmetros supostamente “realistas” – para o capitalismo em sua fase neoliberal. É preciso driblar essa agenda e retomar campanhas e a luta contra o pagamento da dívida pública, defendendo sua auditoria. A continuidade do seu pagamento gera políticas de austeridade com contenção de investimentos nas áreas sociais, ao passo que não determina nenhum teto à manutenção deste pagamento ilegítimo e injusto.

32. O enfrentamento ao rentismo, através da luta pela destituição de Roberto Campos Neto da Presidência do Banco Central, bem como a revogação de sua autonomia, coloca-se como importante tarefa tática a fim de superar a imposição do capital financeiro em posto estratégico, tirando de qualquer governo com mínimo viés popular a possibilidade de mudar a política monetária, que condiciona parte expressiva da política econômica.

33. Coloca-se também a possibilidade de retrocessos em outras áreas, como na demarcação das terras indígenas e na proteção ambiental. Algumas das áreas em que a conciliação de classes torna mais difícil avanços são nos temas ambiental e dos povos indígenas. É verdade que as políticas propostas por Lula ou Marina têm apoio internacional; dado que elas não confrontam nem o capitalismo (Marina é defensora do impossível “capitalismo verde”), nem as políticas protelatórias das maiores potências. Mas não têm apoio na maior parte das classes dominantes brasileiras, nem no Congresso e até de setores do PT. Conseguir chegar ao Desmatamento Zero na Amazônia – meta oficial do governo – ou avançar com as demarcações de terras indígenas (fundamental para a proteção da Amazônia) só será possível confrontando o agronegócio, com o apoio de um movimento social mais consciente e mobilizado. Se o governo não desmontar a herança de Temer e Bolsonaro, corre o sério risco de frustração social com os setores organizados da classe, os movimentos sociais e o povo trabalhador em geral.

34. É necessário superar vacilações e colocar como urgente a revogação do novo Ensino Médio e da nova reforma expressa na Lei n. 13.415/2017, pois altera a concepção epistemológica e a operacionalização pedagógica dessa etapa da escolarização. Somos contra a privatização e a dissolução da Educação Básica como etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e o Superior. A educação precisa voltar-se para a construção de uma cidadania crítica e transformadora, e não como formação exclusiva para as demandas do mercado.

35. As forças populares e socialistas não devem ficar submetidas a essa dinâmica conciliatória de Lula e da maioria do PT. Nesse quadro, o governo não atenderá parte expressiva

das demandas populares represadas. A tarefa do PSOL é contribuir com a mobilização dos trabalhadores e dos setores explorados e oprimidos da sociedade, arrancar as conquistas que forem possíveis diante das contradições do governo e começar a forjar um programa radical de transformação social nos movimentos sociais. Diante do risco da extrema direita, o pior caminho, a partir da tese da “disputa do governo”, é justificar medidas conciliatórias e reformas de cunho liberal. Essa tática funciona como instrumento para a cooptação dos movimentos sociais e obstáculos para a necessária mobilização popular, o que pode pavimentar o retorno da extrema-direita ao governo. O PSOL deve manter atuação parlamentar independente e se postular como porta voz das lutas dos mais diversos setores.

Por um PSOL democrático e independente

36. O PSOL é resultado da construção militante junto aos problemas vividos pelo nosso povo, com a perspectiva anticapitalista e da defesa do socialismo. O socialismo para o PSOL sempre esteve associado à luta antirracista; em defesa das mulheres; da juventude periférica; dos povos originários, das comunidades LGBTQIA+; em defesa do meio ambiente; pela conquista de um serviço público de qualidade; por Reforma Agrária e contra o latifúndio e sua violência contra os trabalhadores do campo, os movimentos sociais e as comunidades quilombolas e indígenas. Surgimos no enfrentamento à política neoliberal incorporada por grande parte dos partidos de esquerda e centro-esquerda. Somos um partido de luta pelos direitos dos trabalhadores e explorados em nosso país.

37. É por essa compreensão multifacetada da luta anticapitalista e da defesa do ecosocialismo que nosso partido conquistou diferentes gerações, especialmente a juventude. Esse papel de trincheira de defesa dos interesses gerais das(os) excluídas(os) foi sendo cumprido ao longo dos anos dos governos de conciliação de classe do PT.

38. O PSOL esteve presente em todos os momentos chaves da política nacional, mas não nos enraizamos tanto quanto esperávamos e, por outro lado, houve modesto crescimento institucional no parlamento. Esse fator, importante para a construção de vozes e interlocuções públicas, não acompanhado por maior influência em amplas bases sociais, nos levou a uma forte autonomia dos mandatos. Tendo atuações combativas, mas descoladas de maior organicidade em relação ao partido, nossas bancadas foram ganhando personalidade de “instâncias” deliberativas.

39. De um sonhado partido com forte inserção social nos transformamos em um instru-

mento político com um viés predominantemente institucional. Esse aspecto é resultante de um forte processo de burocratização. A presença institucional trouxe consigo recursos públicos, cargos e funções e estes passaram a ser motivo primordial das disputas políticas nos fóruns partidários. As questões programáticas são, em grande medida, secundarizadas em nome do controle burocrático da máquina.

40. No momento em que as ideias e práticas políticas mais abjetas da ultradireita encontraram seu espaço e que nos vemos diante de um governo de conciliação de classe é preciso problematizar sobre a ferramenta partido político e seu formato.

41. As batalhas políticas que precisamos travar exigem que sejamos capazes de organizar sujeitos que estão, por sua condição social, em contradição com o capital. Essa é uma das tarefas mais árduas para a esquerda anticapitalista. Não é possível realizá-la sem que tenhamos um programa político construído em consonância com as demandas sociais e econômicas dos segmentos oprimidos e explorados. Um programa que seja um instrumental a animar, orientar, unir e coordenar as lutas dos mais diversos segmentos. Os setoriais são canais fundamentais entre as lutas e o partido e deve ser um espaço marcado pela horizontalidade e construção de sínteses para as intervenções nas lutas.

42. Para atingir esses propósitos, é essencial que tenhamos um processo múltiplo e diverso, em formato e conteúdo, de formação política que oportunize condições de refletir criticamente sobre a realidade e de elaborar meios de resistência e luta. Uma formação que seja dialética e contemporânea.

43. O objetivo estratégico do PSOL, colocando o socialismo como horizonte, deve orientar nossa construção cotidiana. É a partir desse elemento estratégico que devemos definir nossos aliados, tanto nos movimentos como nas eleições.

44. Nada disso se fará sem que tenhamos um partido a altura dos desafios postos. Para fortalecer o PSOL é preciso que ele seja fundamentado na mais profunda democracia interna cuja transparência é um fator. É importante que as instâncias funcionem regularmente. As Executivas Estadual e Nacional devem se reunir pelo menos a cada dois meses e os Diretórios a cada 6 meses. O VIII CNPSOL deve iniciar uma ampla reorganização dos Diretórios Municipais, regulamentando as eleições de suas direções; fundando novos DM e os preparando adequadamente para as eleições de 2024, bem como para seu funcionamento regular.

Os desafios para derrotar a extrema-direita e as tarefas táticas da esquerda

45. O novo governo Lula não alterou a relação forças sociais e políticas no Brasil. Porém, cria condições de mudar o viés da luta. Ao invés de estar centrada em não perder direitos, liberdades democráticas e soberania nacional, agora está colocada a recuperação do que foi perdido e o alcance de novas conquistas. Mantém-se a tarefa de derrotar o bolsonarismo e a extrema-direita. Sendo assim, os eixos da tática devem ter os seguintes objetivos:

- a)** Melhorar as condições materiais de vida do povo trabalhador;
- b)** Promover um novo ciclo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, da juventude, do povo explorado oprimido em geral e da esquerda socialista;
- c)** Sustentar mobilização permanente pela revogação das medidas legais e infralegais dos governos anteriores e das privatizações de setores estratégicos; contra as propostas do grande capital e em defesa de medidas populares e democráticas contra os ataques do grande capital e da extrema-direita.

46. Esses objetivos gerais da tática devem se manifestar em bandeiras concretas, em uma plataforma de luta. Isso exige das forças populares e socialistas a construção de agendas comuns. Com esse sentido geral, defendemos a seguinte plataforma de lutas:

- a)** Defender um Projeto para o Brasil construído nas lutas da classe trabalhadora e de todos os explorados e oprimidos, articulando demandas populares imediatas com um projeto anticapitalista e anticolonial no país e na América Latina. As forças populares e socialistas devem defender um projeto que aponte saídas para a grave crise nacional e esteja voltado para atender as necessidades da maioria do povo trabalhador. Sem combater os monopólios privados, o agronegócio, a mineração, o imperialismo e a concentração de renda e riqueza, o fantasma do neofascismo continuará a pairar sobre nós. É preciso e urgente combinar intensa mobilização popular, disputa ideológica e um programa político alternativo.
- b)** Não ao Arcabouço Fiscal! Pela Auditoria da Dívida Pública. A Dívida com o Povo Brasileiro é a nossa prioridade.
- c)** Pela revogação da Autonomia do Banco Central! Fora Roberto Campos Neto!
- d)** Pela estatização dos bancos, do sistema financeiro e grande monopólios, sob controle dos trabalhadores, para começar a romper o poder econômico das elites.

- e)** Revogar o “Novo Ensino Médio” e transformar a escola pública em espaço de esperança.
- f)** Lutar em defesa dos serviços e servidores públicos e contra toda forma de privatização!
- g)** Retomar o controle, reverter o desmantelamento da Petrobrás e torná-la uma empresa pioneira na construção de alternativas ambientalmente viáveis para uma transição energética socialmente justa.
- h)** Reverter a privatização da Eletrobrás.
- i)** Desmatamento zero! Lutar em defesa da Amazônia e dos outros biomas brasileiros.
- j)** Por uma Reforma Tributária que taxe os ricos e desonere os mais pobres e a classe média.
- k)** Lutar pela democratização das relações de trabalho no Brasil, com reconhecimento do trabalho de cuidados e de reprodução social, com divisão das tarefas domésticas. Pelo fortalecimento da representatividade dos sindicatos, incluindo trabalhadores informais e com novas formas de trabalho.
- l)** Por mais empregos e aumento real do salário, a partir da redução da jornada de trabalho. Pelo fim de toda a terceirização do trabalho.
- m)** Lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Pela legalização do aborto! Por orçamento público para garantir aplicação da Lei 14.541/23 que determina o funcionamento integral das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Por políticas educacionais, de emprego e renda direcionadas às mulheres. Não à violência contra as mulheres e à violência política de gênero.
- n)** Em defesa dos territórios indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Contra o Marco Temporal.
- o)** Combater o racismo em todas as suas manifestações, lutar pelo direito à vida da juventude negra. Pelo fim da Guerra às Drogas, verdadeira guerra contra pobres negros e negras.
- p)** Em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, contra o pânico moral que alimenta uma guerra cultural de extrema-direita anti-trans e anti-direitos para a comunidade;
- q)** Em defesa do SUS com ampliação do seu orçamento!
- r)** Contra o capacitismo! Em defesa de políticas públicas de atenção e inclusão das Pessoas com Deficiência.
- s)** Garantir a participação política e a expressão das demandas dos povos imigrantes e refugiados no Brasil através do direito ao voto, levando-se em conta tempo mínimo de residência.



CONGRESSO do

PSOL

BRASÍLIA / DF | 29/09 a 01/10